

DESEMPENHO MORFOLÓGICO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ DA SILVEIRA NETTO (UFPA)

Forma, Controle e Acesso

MORPHOLOGICAL PERFORMANCE OF THE CAMPUS UNIVERSITY OF THE PARÁ FEDERAL UNIVERSITY *Form, control and access*

**A. Kamila Diniz Oliveira & B. Marta Gonçalves Tavares da Silva
& C. Alberto Patrick Cassiano Lima & D. José Júlio Ferreira
Lima**

Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Pará, Brasil

kamiladinizoliveira@gmail.com

martagoncalves.ufpa@gmail.com

albertopclima@gmail.com

jilimaufpa@gmail.com

RESUMO

A construção da Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, campus sede da Universidade Federal do Pará, foi estratégica para integração das faculdades que existiam dispersas. Seu desenho urbano tem inspiração nos princípios urbanísticos modernos, que refletem sobre as formas de acesso e apropriação de seus espaços comuns. Avalia-se a morfologia do campus em três momentos: em 1977, projeto de elaboração do arquiteto Alcyr Meira; em 2007; e em 2017, por meio de parâmetros de análise fundamentados nas dimensões de performance de Acesso e Controle formuladas por Lynch (1981) e pelos pressupostos de Foucault (1987), assim como a sintaxe espacial (Hillier e Hanson, 1984). Analisam-se acessos, manipulação espacial, isolamento e compartimentação. Os resultados demonstram as limitações do desenho urbano do projeto e as suas transformações na direção de maior apropriação social do campus.

Palavras-chave: Campus Universitário, morfologia urbana, desempenho morfológico, UFPA.

Linha de Investigação: 1: Cidade e projeto

Tópico: Morfologia Urbana

ABSTRACT

The construction of the University City José da Silveira Netto, campus of the Federal University of Pará, was strategic for integrating the colleges that existed dispersed. Its urban design is inspired by modern urban principles, which reflect on the forms of access and appropriation of its common spaces. The campus morphology is evaluated in three moments: in 1977, a project by the architect Alcyr Meira; in 2007; and in

2017 by means of analysis parameters based on the dimensions of performance of Access and Control formulated by Lynch (1981) and by the assumptions of Foucault (1987), as well as spatial syntax (Hillier and Hanson, 1984). Accesses, spatial manipulation, isolation and compartmentalization are analyzed. The results demonstrate the limitations of the urban design of the project and its transformations in the direction of greater social appropriation of the campus.

Keywords: Campus University, Urban Morphology, Morphological Performance, UFPA

Research line: 1: City and project

Topic: Urban Morphology

Introdução

A presença do ensino superior no Estado do Pará surgiu no período áureo da borracha, com a criação das faculdades de Direito e Farmácia. Em meio à depressão econômica, já na primeira década do século XX, causada pelo declínio da Economia Gomífera, o ensino superior apresentou grande expansão, surgindo outras faculdades e escolas. A ideia para a criação de uma universidade no Pará surge de grupo de intelectuais, visando à formação cultural por meio de cursos avulsos através de palestras e conferências, não havendo um regime formal de aulas (Pinto, 2007). Na década de 1930, o sistema universitário nacional recebeu forte incremento com a criação das três primeiras universidades no Brasil. Segundo o Jornal Beira Rio (Pinto, 2007), o ingresso da Faculdade de Medicina, Farmácia e Direito no sistema de ensino superior mantido pelo Governo Federal, trouxe novo ânimo as ideias para a criação de uma universidade no Estado do Pará. A partir da federalização, a campanha em torno da criação da Universidade foi se fortalecendo no âmbito acadêmico.

Em 2 de julho de 1957, o presidente Juscelino Kubitschek assinou a Lei nº 3.191, criando a Universidade do Pará, a primeira universidade federal na Amazônia (Brasil, 1957). Na primeira gestão da universidade, houve a necessidade de reunir num só espaço físico as faculdades e escolas de nível superior, que se encontravam dispersas na cidade de Belém (UFPA, 2007). Com a nomeação do reitor Dr. José da Silveira Netto, em novembro de 1960, começa uma série de reformas administrativas e estruturais, além de fortalecer a criação do Campus Universitário na cidade. Diante da ideia, foi formada uma Comissão de Planejamento do Conjunto Universitário (COPLANCU), que reunia arquitetos, engenheiros e técnicos da própria UFPA, conduzida pelo arquiteto Alcyr Meira, que já havia elaborado um anteprojeto.

A implantação do Campus Universitário em Belém, a partir de 1964, denominado inicialmente de Campus Pioneiro do Guamá ou Núcleo Pioneiro do Guamá, teve inauguração em agosto de 1968 (UFPA, 2007). Em grande parte, o campus foi resultado de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Ministério da Educação, com a intenção de criar campi em todo País, a partir de contatos com universidades americanas que mandaram especialistas no assunto para, através da troca de experiências, viabilizar os campi universitários nas principais cidades brasileiras (Pinto, 2007).

O artigo investiga, a partir da morfologia do campus, as condições de acessibilidade viária e peatonal (passarelas, calçadas e trajetos informais), construídos na cidade universitária José da Silveira Netto (UFPA) a integração e conexão entre os edifícios, nas quadras e fora delas, em três momentos distintos: primeiro, o Projeto, depois, nos anos de 2007 e 2017. Este artigo se divide em duas seções após a introdução. A

primeiro apresenta as considerações teóricas acerca do modelo de Cidade Universitária e sua função inserida no contexto político brasileiro na década de 1960, relacionando o conceito de Disciplina à formação espacial da Cidade Universitária da UFPa. Na segunda, há análise das concepções projetuais e as características de Acesso, Usos do Solo, Barreiras Físicas, Manipulação Espacial, Isolamento Físico e Compartimentação a partir de Lynch (1981) e Foucault (1987) ao longo do tempo, bem como da Sintaxe Espacial (Hillier e Hanson, 1984). Os resultados demonstram as limitações do desenho urbano do projeto e as suas transformações na direção de maior apropriação social do campus.

1. A forma da Cidade Universitária: isolamento e disciplina

A busca pelo conhecimento e a apropriação pelo poder do saber, no período da Idade Média, é retratado no desenho das universidades, que objetivava manter o conhecimento a poucos num espaço físico pré-determinado limitado e isolado – “um conjunto autônomo, devendo este representar um microcosmo urbano, cuja a vida possa processar-se independentemente” (Vasconcellos, 1986: 66). No período contemporâneo, com o desenvolvimento científico-tecnológico as universidades configuram-se nas imagens dos *colleges* – agregando novas atividades e equipamentos (acadêmicos, esportivos e culturais), formando um complexo estrutural de apoio aos alunos que irão vivenciar os espaços coletivos de um Campus Universitário. Neste sentido, o modelo espacial criado pelos norte-americanos ratifica um comportamento autossuficiente e fechado, autônomo e segregado da cidade em que seria implantada. Expõe-se uma forma arquitetônica parcialmente compacta, representada num conjunto homogêneo de edificações, envoltas por espaços abertos. O modelo é considerado *antiurbano* por apresentar uma forma independente e que preza pelo domínio do conhecimento para as suas próprias necessidades, o que demonstra uma concepção de fechamento e isolamento em relação à cidade. É avesso às aspirações propostas de uma universidade democrática e participativa, ou seja, o modelo arquitetônico reproduzido no país não conversa com a cidade, revelando uma postura político-ideológica de contradição (Vasconcellos, 1986).

As propostas de cidades universitárias com base nesse modelo americano surgem na década de 1930 no Brasil e são efetivamente implantadas a partir de 1964, com o objetivo de reunir as diversas faculdades espalhadas, transferindo-as para a nova proposta do Campus. A Reforma Universitária de 1968 ratifica o modelo espacial da cidade universitária da época, que exigia e baseava-se no princípio do isolamento, não somente da instituição educacional, mas também, do corpo acadêmico. Bem como, retratado na Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, Capítulo I - Do Ensino Superior, Art. 2º, “O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, **em estabelecimentos isolados**, organizados como instituições de direito público ou privado” (Brasil, 1968, grifo nosso). Além disso, garantiu modificações profundas, tanto administrativas como físicas e, segundo seus ideais, as unidades de uma universidade brasileira deveriam ser unidas racionalmente.

É possível, a partir da explicação da Reforma Universitária de 1968, buscar associações com as ideias formuladas por Foucault em “Vigiar e Punir” (1987). Sobre “Disciplina”, o autor explica que o comportamento idealizado do indivíduo subordinado, utilizado, transformado e aperfeiçoado é o mesmo coagido que manipulado se torna dócil. Um indivíduo sem alma, em silêncio e que tem na relação “docilidade-utilidade” propensão a ser controlado, estando submetido à disciplina. A disciplina, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, transformou-se em um método de dominação. A obediência à ordem, aos regulamentos impostos constroem indivíduos submissos (Foucault, 1987). Para o autor, a disciplina apresenta diversas técnicas: pode exigir um lugar cercado diferente dos demais, entretanto, um espaço “enclausurado” não será suficiente

para a aplicação da disciplina. A distribuição necessita de um espaço fisicamente flexível (aberturas, cheios e vazios, passagens e transparências), percebendo na organização espacial hierarquias e lugares determinados, ou seja, “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo” (Foucault, 1987: 123).

A técnica descrita exige conhecer e dominar o indivíduo para ser utilizada. Um espaço bem distribuído permite à disciplina ordenar um espaço analítico. A ordem de prioridades e subordinação nessa engrenagem oportuniza uma visibilidade espacial, a “vigilância hierarquizada”. A espacialidade das técnicas disciplinares desenvolve ideias para uma arquitetura de instituições com foco para exercer o controle interior comportamental hierarquizado e detalhado; o que possibilitou criar o aparelho disciplinar de controle denominado prisão.

O fundamento técnico-disciplinar da prisão é vislumbrado na ideia de aplicação na formação institucional e física da Cidade Universitária. O isolamento é o primeiro princípio ideológico da “privação de liberdade” – em relação ao mundo exterior, em relação aos outros, evitando formação de grupos com mesmo pensamento, formação de complôs e abafando o surgimento de possíveis revoltas que, com aplicação da disciplina, impedem de formar uma comunidade homogênea e solidária (Foucault, 1987). A Reforma Universitária de 1968 apresentava o objetivo de controle espacial dos indivíduos, retratados na segregação dos espaços de ensino denominados de básico e profissional, na cidade universitária da UFPa, que previa a alocação do regime acadêmico flexível, implementado sob o regime de créditos e matrículas por disciplina (Pinto, 2007).

A decisão política à época demonstra sutilmente que o isolamento é uma tentativa de controle e o quanto é satisfatório manter esse modelo espacial da cidade universitária apartado do centro urbano, sendo eficiente deixá-las isoladas em bosques e/ou com barreiras estruturais retratadas em anéis viários, largas avenidas ou até mesmo aproveitando a localização natural de rios que dificultam a interação, troca de saber e outras atividades com a população; eram, geralmente, em terrenos de grande extensão com características de bosques ou fazendas, ou ainda, em grandes espaços aterrados. Segundo Vasconcelos (ibid.), a concepção urbanística partia da estruturação viária circundante envolvendo toda área do campus, sendo internamente distribuídos os pavilhões de sala de aula e laboratórios de pesquisa e, também, posicionados os demais equipamentos complementares à estrutura acadêmica – esporte e lazer, refeitório e residências. A disposição da cidade universitária é constituída de edifícios envoltos em grandes áreas abertas, dificultando serem vencidas pelos pedestres. A locomoção se dava pelo interior das quadras formadas pela estrutura viária circundante da cidade universitária, em meio a construções fechadas independentes e de paisagem monótona, sem propor interação com o exterior.

1.2. Diretrizes espaciais da Cidade Universitária da UFPa

A área da cidade universitária da UFPa pertenceu à atual EMBRAPA, e foi cedida através de um acordo entre Ministérios da União. A construção da cidade universitária da UFPa seguiu um Plano Diretor (PD), considerando os princípios contidos na Carta de Atenas de 1933. Seguindo o PD, o espaço físico da cidade universitária tem como uma das características relevantes o distanciamento do centro urbano de Belém, garantindo a tranquilidade do trabalho intelectual (UFPa, 2009). O plano apresenta um anel viário periférico, formando quadras extensas, que possuem poucas ramificações para o seu interior, dotadas de um sistema de vias de penetração interna do tipo *cul de sac*, além das vias de pedestres que possibilitam acesso aos miolos de quadra.

2. ANÁLISES DE DESEMPENHO MORFOLÓGICO

2.1. Setorização de usos do solo

O projeto original na figura 1 demonstra as diretrizes urbanísticas especializadas a partir da criação dos anéis viários circundantes aos setores básico, profissional e da saúde, fomentando a utilização de automóveis em detrimento do caminhar. A rede de passarelas e calçadas se limitava, principalmente, à conexão entre as vias, estacionamentos e edifícios. A conexão entre os próprios edifícios era reduzida e visivelmente desestimulada.

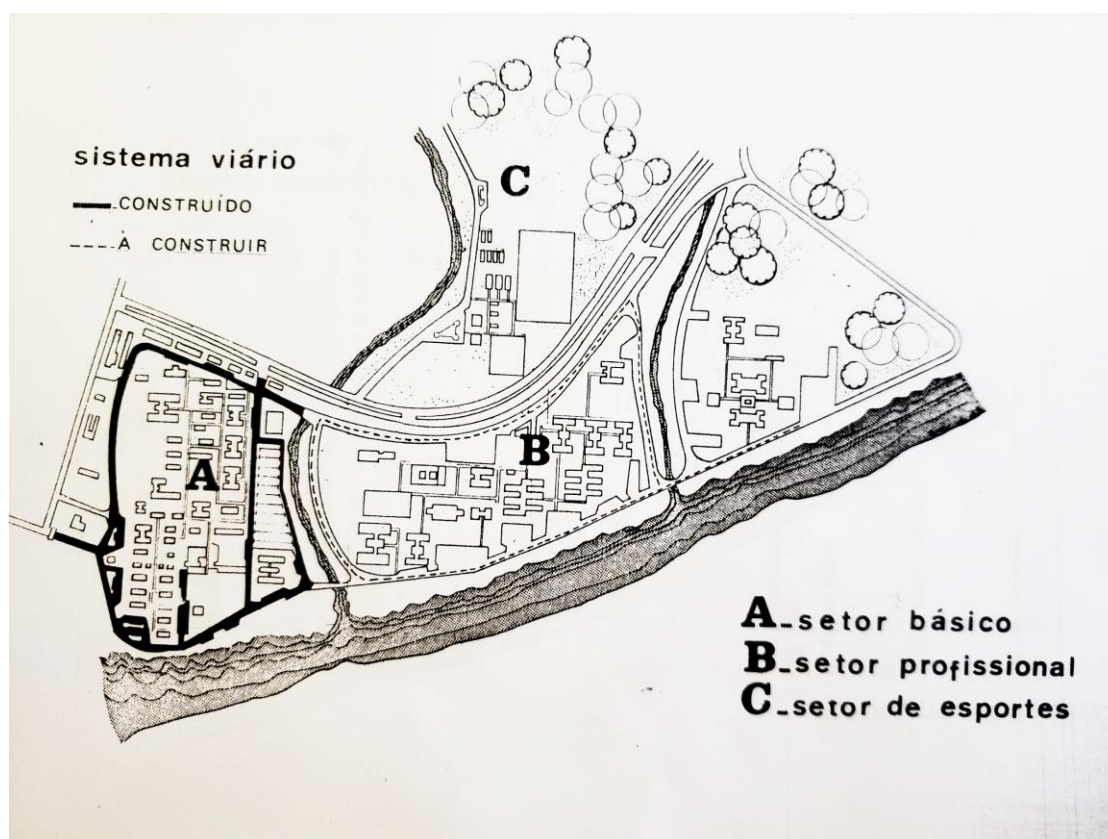


Fig. 1 Projeto de diretrizes viárias e de edificações para a Cidade Universitária da UFPa. Fonte: (UFPa, 1979)

No campus da UFPa, a setorização dos usos foi reforçada pelas normas de organização e funcionamento da Reforma Universitária de 1968 – inicialmente definidas em setores macros, Setores Básico, Profissional e Esporte (Fig. 2). As duas primeiras áreas são subdivididas em quatro setores, setor de aulas práticas, aulas teóricas, didático, administrativo e de recreação (UFPa, 1979). A ocupação seria determinada por setores - de aulas teóricas, de aulas práticas, de laboratórios e gabinetes (Pinto, 2007).

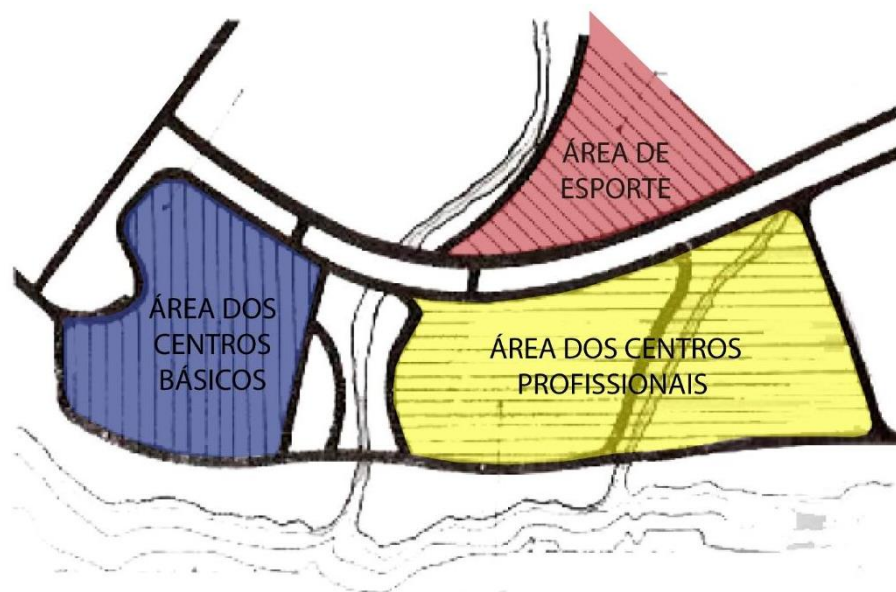


Fig. 2 Setorização do projeto da Cidade Universitária da UFPa. Fonte: (UFPa, 1977)

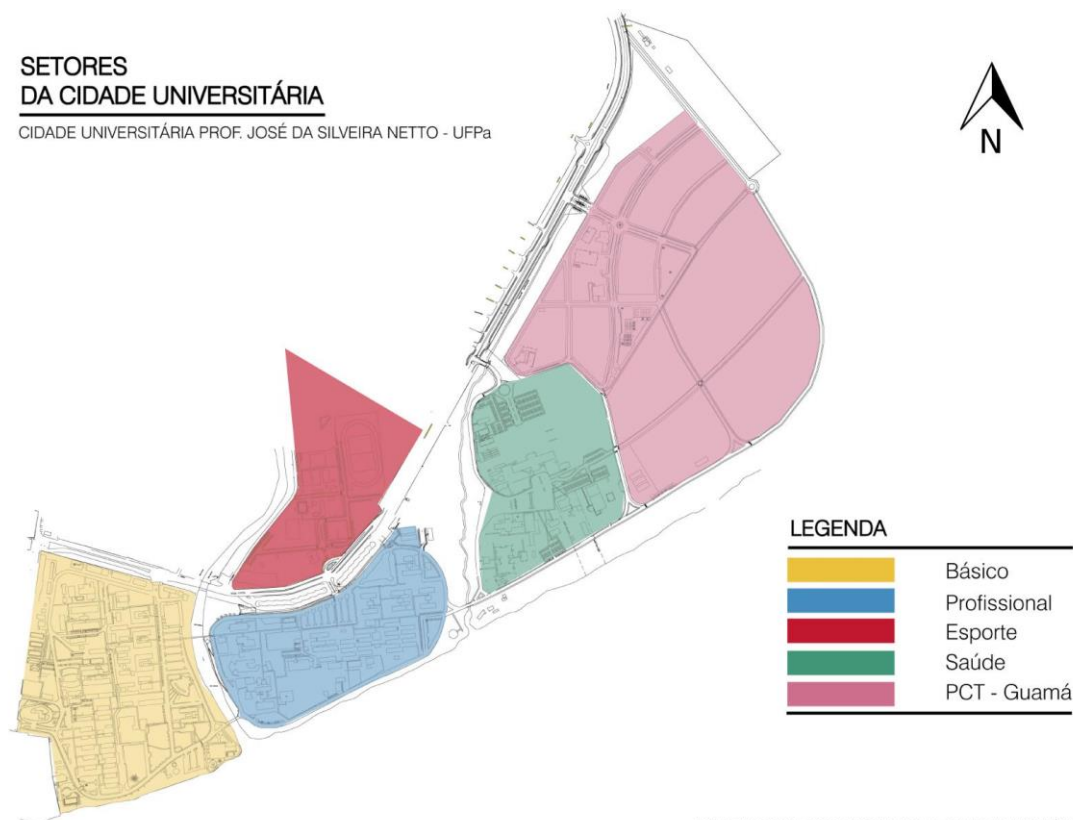
Em 2007, os pavilhões de salas de aulas deram lugar à construção de edifícios que reuniam salas de aulas de cada faculdade, assim como novos setores e usos foram surgindo e ganhando maior dimensão e complexidade. As mudanças ocasionaram a descaracterização do que foi regulamentado na Reforma Universitária de 1968, por representar uma concentração de salas de aula, o que facilitava o controle. As faculdades passaram a concentrar em um único edifício as atividades educacionais de seu curso.

A cidade universitária da UFPa atualmente é separada em quatro setores: Básico; Profissional; Esporte, de Saúde e mais recentemente o Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá, como mostra a figura 3. O Setor Básico foi o primeiro da cidade universitária a ser ocupado. Foi concebido com os pavilhões de salas de aula, Institutos, a Prefeitura da Cidade Universitária, Ginásio de Esportes, a Reitoria, o Restaurante Universitário, a Capela Ecumênica, espaço de convivência, diversos laboratórios, além de outras atividades e equipamentos. O Setor Profissional abriga as faculdades, institutos e núcleos ligados às ciências aplicadas, às tecnologias e aos programas de pós-graduação predominantemente destas áreas (UFPa, 2009).

O Setor de Saúde sedia unidades acadêmicas do Instituto de Ciências da Saúde (ICS) e o Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza. É o setor de uso mais recente que os Setores Básico e o Profissional. No Setor de Saúde encontra-se em vias de implantação do Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá, que visa à implantação de um polo de tecnologia dentro da Cidade Universitária, nos moldes dos polos de pesquisa e desenvolvimento europeus. Por fim, o Setor de Esportes apresenta um parque de esportes com características específicas em relação às demais estruturas da Cidade Universitária (UFPa, 2009).

SETORES DA CIDADE UNIVERSITÁRIA

CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ DA SILVEIRA NETTO - UFPa



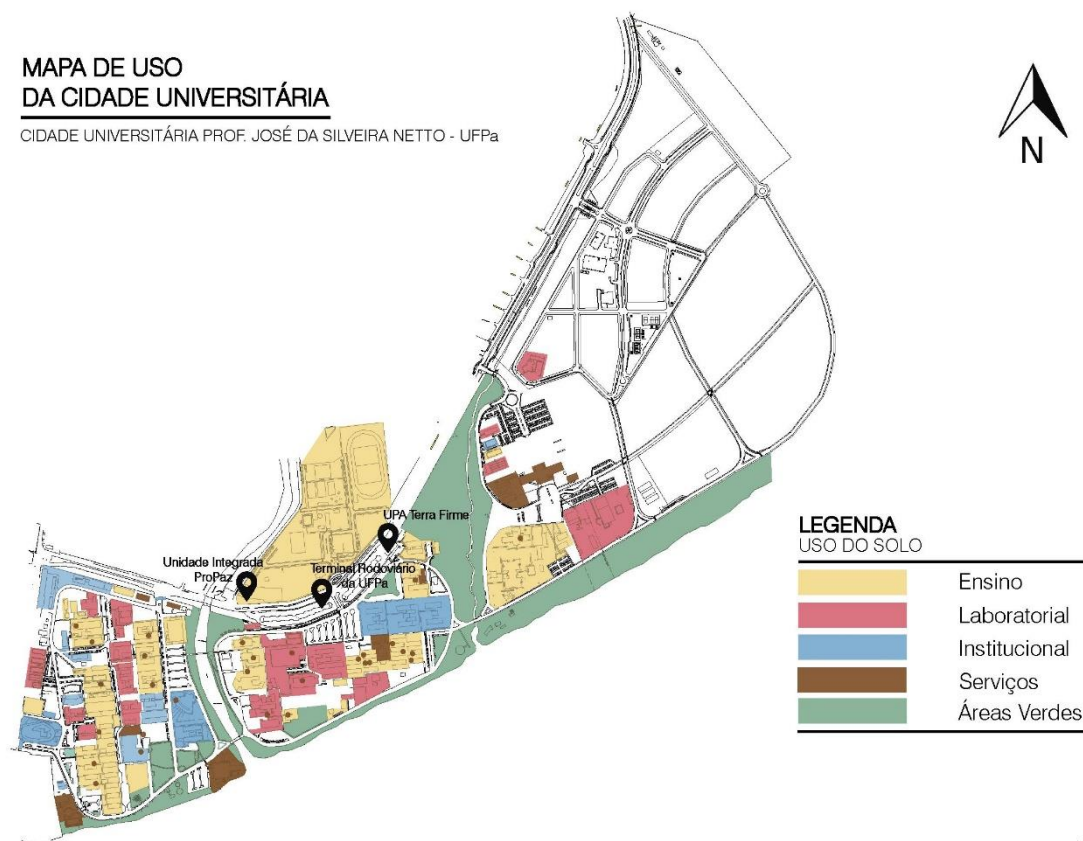
FONTE: PROPOSTA DO PLANO DIRETOR DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DE 2007

Fig. 3 Setorização atual da Cidade Universitária da UFPa. Elaboração própria a partir de dados de UFPa (2007)

Novas atividades ligadas aos serviços passaram a ser feitas na cidade universitária. Foi necessário separar em três grupos de serviços distintos, sendo serviços de saúde em hospitais, ambulatórios, laboratórios, consultórios etc (atendimento dos moradores de bairros próximos e alunos da instituição); de alimentação, nos restaurantes universitários e no “ver-o-pesinho” (área de vendas de refeições e lanches na cidade universitária) e de cópias, sendo este o mais complexo pois, apesar de inicialmente realizar apenas atividades de cópia de livros e textos, hoje já é possível encontrar nesses serviços vendas de comidas, remédios, utensílios de papelaria e outros. Os serviços de cópias (observar pontos marrons na figura 4) são encontrados em espaços pequenos, geralmente cada faculdade tem um, o que caracteriza um padrão de pequenos espaços de vendas com grande diversidade de produtos espalhados na cidade universitária. O uso “Serviços”, de modo geral, tem capacidade de atrair os mais diferentes tipos de usuários, estudantes, professores, funcionários, pacientes e moradores próximos à cidade universitária. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), já preterido pela conjuntura política atual, garantiu à UFPa investimentos para construção de novos edifícios, para a formação de novos cursos e vagas, o que impactou na ocupação do Campus.

**MAPA DE USO
DA CIDADE UNIVERSITÁRIA**

CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ DA SILVEIRA NETTO - UFPa



ADAPTADO DA PROPOSTA DO PLANO DIRETOR DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DE 2007

Fig. 4 Uso do solo atual da Cidade Universitária da UFPa. Elaboração própria

As barreiras físicas são um meio pelo qual o controle pode ser distribuído e assegurado no espaço. São demarcações de limites através de cercas, sinais e marcos no terreno. O espaço também pode ser controlado pela manipulação do acesso. A ação de entrar em algum espaço é concentrado nos portões, lugar de controle de acesso. Os símbolos também são utilizados como controle de espaços, por meio de barreiras e caminhos simbólicos, por exemplo, linhas pintadas nas estradas (Lynch, 1981). A área de ocupação da cidade universitária da UFPa situa-se às margens do Rio Guamá, o que instituiu entraves para o acesso à universidade em função da localização distanciada do centro da cidade de Belém. Outra barreira física relevante apresentada é em função da característica do solo que, além de serem áreas alagáveis, retiravam-se argila para o funcionamento de uma olaria que havia no local, sendo necessário para a construção das edificações a execução do serviço de compactação do solo por meio do aterro hidráulico. Os igarapés Tucunduba e Sapucajuba transpassam o terreno, um entre o setor básico e o setor profissional e o outro no setor profissional.

Segundo Lynch (1981), a dimensão, a elevação, a distância espacial e a escala são utilizadas para a manipulação do espaço, sendo uma forma de controle. Se os territórios forem relativamente pequenos, e se puderem ser modificados ou conservados com um esforço modesto, então é mais fácil para os indivíduos ou

para os pequenos grupos alcançarem o controle. Pelo contrário, as grandes formas favorecem o controle por parte de grandes organizações. A cidade universitária da UFPa tem os edifícios dispostos de forma esparsa, o que propicia um distanciamento considerável entre os pavilhões – permitindo a formação de espaços abertos, ocupados por vegetação e sem a presença de passarelas, causando enormes distâncias ao ar livre a serem vencidas pelo pedestre. As entradas construídas também representam uma maneira de manipulação espacial, visto que restringem e controlam os fluxos de pessoas. As figuras 5 e 6 mostram a aproximação da mancha urbana de Belém alcançando a cidade universitária, a partir dos registros dos anos de 1972, 1977, 1998 e 2017. Evidencia-se, então, que o isolamento em relação à cidade de Belém somente foi vencido devido ao seu próprio crescimento, independente do desenho ou das expansões do Campus. Mesmo com a proximidade física entre as “duas cidades”, o desenho de cada uma, os usos e a composição social são tão divergentes que o isolamento da Cidade Universitária, atualmente, se tornou um enclave socioespacial.

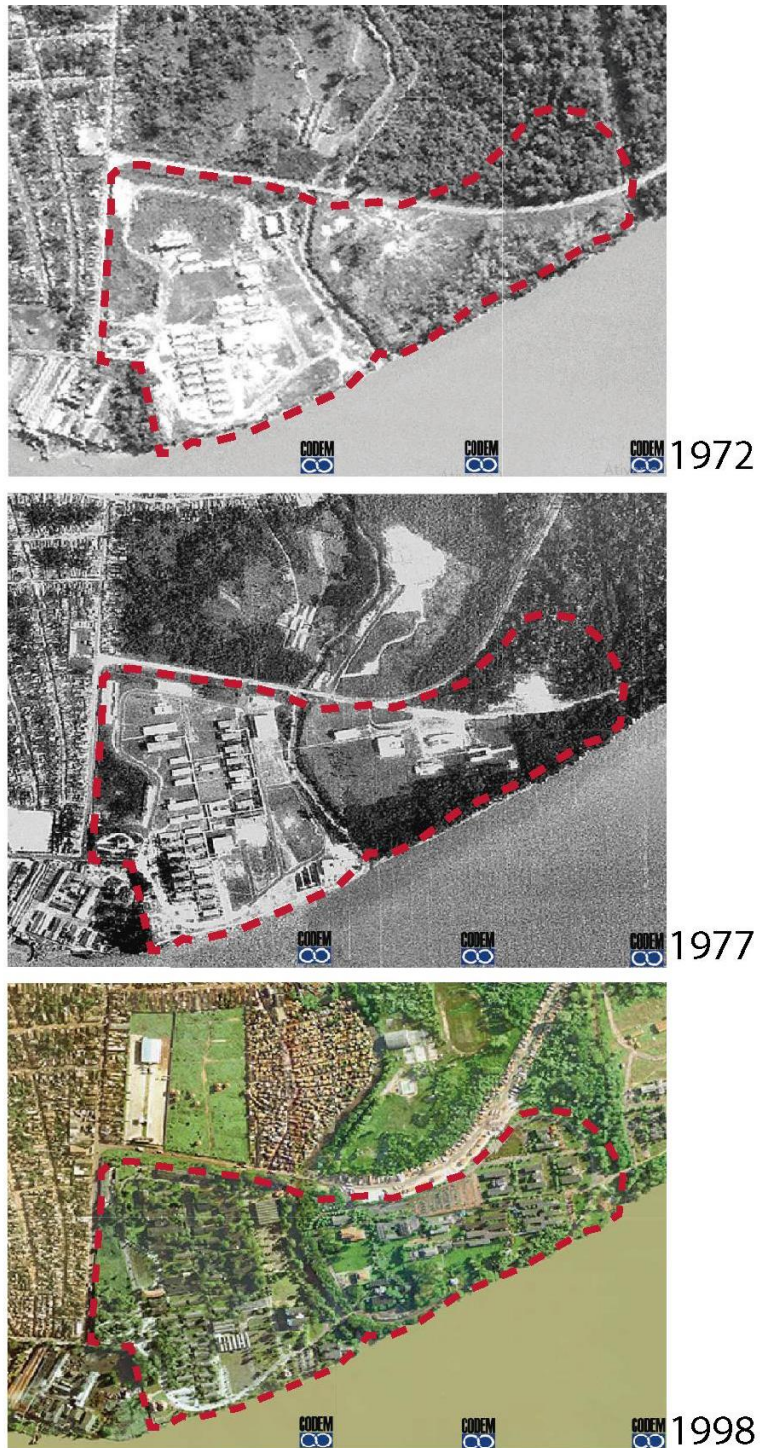


Fig. 5 Entorno da Cidade Universitária da UFPa. Elaboração própria a partir de dados de CODEM (1998)

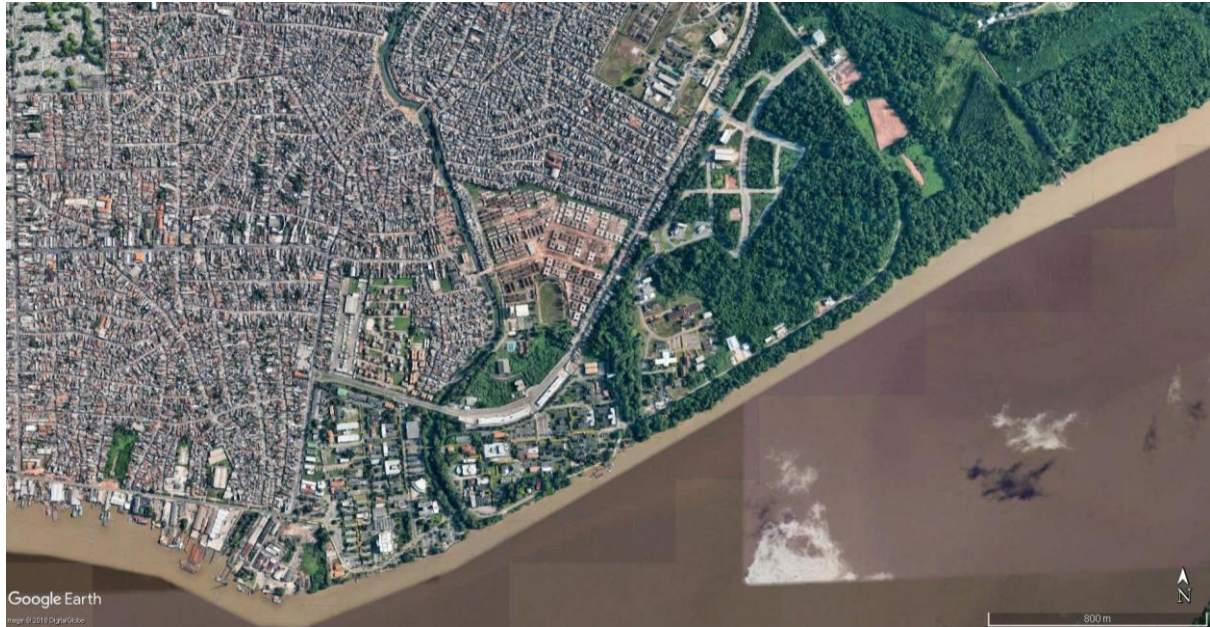


Fig. 6 Entorno atual da Cidade Universitária da UFPa. Fonte: Google Earth (2017)

2.2. As dimensões de controle e compartimentação

Qualquer tipo de sistema de controle precisa de esforço para que seja praticado como planejado, pois um lugar bem controlado demanda energia política, a qual deve gerar informação suficiente para que os usuários façam parte da gestão, por meio de debates, discussões e a manutenção do próprio sistema de controle (Lynch, 1981). A Reforma Universitária de 1968, estabeleceu princípios norteadores para a consolidação da cidade universitária da UFPa, possibilitando o aumento das matrículas em instituições de ensino superior e instituiu que o ensino superior fosse ministrado nas universidades, estando em estabelecimentos isolados. Além disso, garantiu modificações profundas, tanto administrativas como físicas e, segundo seus ideais, as unidades de uma universidade brasileira deveriam ser unidas racionalmente.

A compartimentação espacial é uma maneira de controle, sendo a divisão do espaço em parcelas relativamente pequenas, claramente demarcadas por usos. Para evitar desperdícios, o espaço pode ser dividido no tempo, assim como no local (Lynch, 1981). Manter usuários heterogêneos em um determinado espaço com um controle discreto é complicado, ainda que possível ao exercitar nos usuários a tolerância – aprendendo maneiras de coexistência no espaço e no tempo. Entretanto, comumente se faz necessário o uso de outros modos de controle pouco e menos discretos, como: compartimentação – dividir um espaço, mas não necessariamente, ficando as partes sem relação entre si (Lynch, 1981).

A diferença entre compartimentação e isolamento se refere à característica de diretriz espacial da primeira para uma ideia de consequência expressa pela segunda. Ou seja, a compartimentação é uma concepção atrelada ao controle que pode produzir o isolamento. A compartimentação é visualizada na localização funcional dos setores do projeto da Cidade Universitária, demarcando os espaços em básico, profissional e

de esporte, o que permitiu estabelecer uma hierarquia de função na universidade por meio da espacialidade das aulas práticas, aulas teóricas, didático-administrativo e recreação.

2.3. Acesso e controle no Campus

Lynch (1981) sugere que as dimensões de desempenho do lugar podem ser caracterizadas seguindo a forma espacial e o comportamento das pessoas com suas respectivas diferenças culturais; focando nas relações peculiares a características da forma do sítio. Estabelece-se cinco dimensões de desempenho e dois critérios de meta. As cinco dimensões são: vitalidade, percepção, adequação, acesso, controle, sendo justiça e eficiência os dois critérios meta. Aqui analisa-se as dimensões de desempenho de acesso e controle, como componentes da análise da forma da Cidade Universitária.

O acesso é distribuído desigualmente, devido aos diferentes lugares que distintos grupos se localizam e também aos diferentes modos de locomoção disponíveis. A condição de acessibilidade a diversas tipologias de serviços oferecidas a um determinado lugar é classificada, segundo Lynch (1981), a partir da sua finalidade no lugar, podendo ser direcionada para pessoas, atividades humanas, fontes de recursos vitais, lugares ou informação. A diversidade de usos depende do nível de escolha que cada pessoa deseja ou tolera. À medida que o nível de opções de escolha começa a aumentar, as pessoas passam a valorizar o isolamento, a simplicidade e o controle do acesso.

É importante ressaltar que o acesso não pode se resumir apenas ao modo locomoção de pessoas entre dois pontos, pois essa dimensão de desempenho faz parte da economia do lugar, bem como transmite o entendimento do sistema social e do impacto psicológico de uma cidade. Já as formas de controle variam de acordo com a cultura de cada população; entretanto, de modo geral, “o ser humano utiliza o espaço para gerenciar trocas interpessoais e declarar direitos sobre o território para a conservação de recursos” (Lynch, 1981: 205). Segundo Foucault (1987), o controle pode ser exercido combinando a aplicação das técnicas disciplinares sob indivíduos dominados em suas ações, aliado a uma distribuição espacial arquitetônica ordenada – constituída de uma hierarquia, espaços flexíveis, funcionais e úteis. Baseando-se nas premissas teóricas de Lynch (1981) e Foucault (1987), nota-se uma linha tênue e complexa entre os conceitos de acesso e controle que se explica pela capacidade de controlar acessos a determinados espaços, restringindo fluxos de pessoas, bens e serviços. Foram estabelecidos sete parâmetros, os quais são explicados e analisados a seguir, em três momentos diferentes de análise (o projeto, anos de 2007 e 2017): acesso, uso, barreiras físicas, manipulação espacial, isolamento, legislação e compartimentação.

A elaboração de uma proposta do Plano Diretor da cidade universitária da UFPa de 2007, produziu uma análise diagnóstica da estrutura urbana, na qual foi identificada uma série de problemas e deficiências sobre acessibilidade, dos quais destacam-se: falta de integração entre setores, provocando aumento no trajeto de veículos e pedestres (1); deficiência na mobilidade do pedestre, sobretudo na falta de faixa segregada nas vias e lacunas entre passarelas (2); e a falta de integração das passarelas dentro das quadras (3) (UFPa, 2009).

O sistema de mobilidade da cidade universitária da UFPa é composto por dois modais de circulação: vias com uso preferencial para tráfego de veículos e outra de uso exclusivo para pedestres. O sistema de circulação de pedestres da UFPa é composto por passarelas cobertas, passeios não cobertos e trajetos informais (UFPa, 2009).

Com o passar dos anos, foram feitas algumas adaptações ao projeto original devido a demandas e usos que surgiram na cidade universitária. Como os edifícios não estavam próximos uns aos outros, novas vias de

pedestres como passarelas, passeios e aberturas de novos estacionamentos foram construídos. As adaptações criaram um sistema de vias de pedestre, como é possível observar na figura 7. A diferenciação das vias de pedestres elaborada pela Proposta do Plano Diretor da cidade universitária de 2007 serve para entender as diferentes possibilidades de acesso do transeunte da cidade universitária (UFPA, 2009)

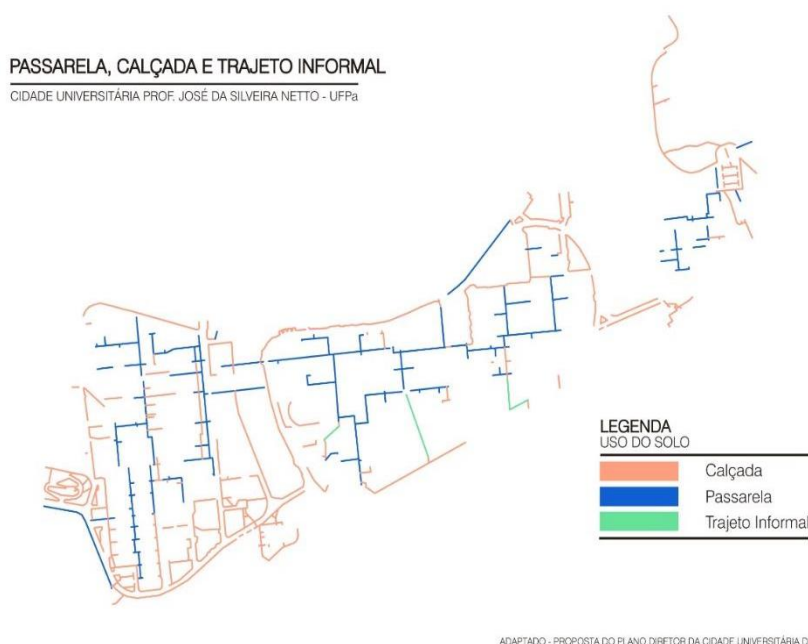


Fig. 7 Acessibilidade exclusiva para pedestres. Elaboração própria a partir de dados de UFPA (2007).

As passarelas funcionam como vias de circulação para os pedestres e são importantes ao permitir o acesso aos prédios. Devido à configuração da ocupação da quadra, muitos edifícios só possuem acessos voltados para o interior do miolo da quadra, assim essas vias tornam-se muitas vezes seus únicos acessos. Inicialmente foram construídas para acesso apenas entre a estrutura viária e a edificação, a conexão no miolo de quadra ocorreu depois, visto a difícil mobilidade na quadra (UFPA, 2007). Acessos alternativos são todos os passeios e trajetos informais e áreas de estacionamento improvisadas que ocorrem no campus. Estas opções “alternativas” dos usuários na mobilidade e apropriação do espaço é um dos reflexos da deficiência da estrutura viária da cidade universitária. Dependendo do contexto nos quais são criados, podemos deduzir, sobretudo, deficiências na acessibilidade de passarelas e passeios. Este último caso está ligado a alternativas criadas pelos pedestres para facilitar o acesso ao seu destino (UFPA, 2007). As entradas da cidade universitária sofreram adaptações com o passar dos anos. Hoje a cidade universitária apresenta cinco entradas: duas no setor Básico; uma no setor profissional, consolidada pela construção do Terminal de ônibus da UFPA, construído para atender as demandas do Fórum Social Mundial de 2009; uma no setor de Saúde, sendo o acesso para o Hospital Universitário Bettina Ferro e a última é a entrada principal do PCT - Guamá, como mostra a Fig. 8.

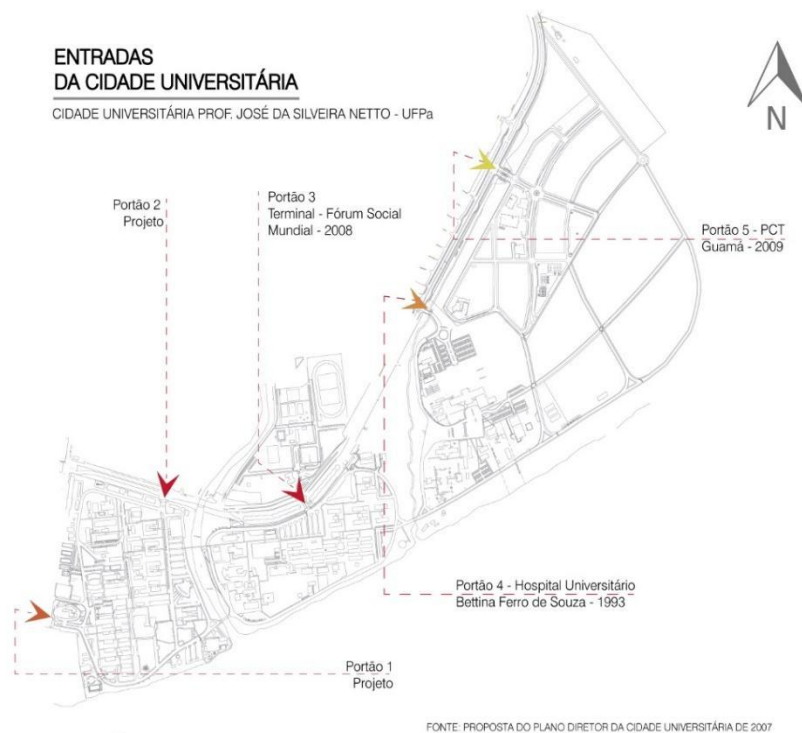


Fig. 8 Entradas da Cidade Universitária da UFPa. Elaboração própria a partir de dados de UFPA (2009).

As Fig. 9, 10 e 11 são a comparação dos mapas sintáticos da cidade universitária desde (1) o projeto, (2) do ano de 2007 e (3) 2017, e demonstram o aumento de eixos de integração, instituídos por construções de novas passarelas. A análise de 2007 evidencia em cores mais quentes dois eixos de integração no setor básico e profissional, sendo o eixo vertical a rua de acesso pelo Portão 2 e o eixo horizontal a passarela de interligação intersetorial entre básico e profissional.

MAPA DE INTEGRAÇÃO LOCAL HR3

CIDADE UNIVERSITÁRIA JOSÉ DA SILVEIRA NETTO - UFPA

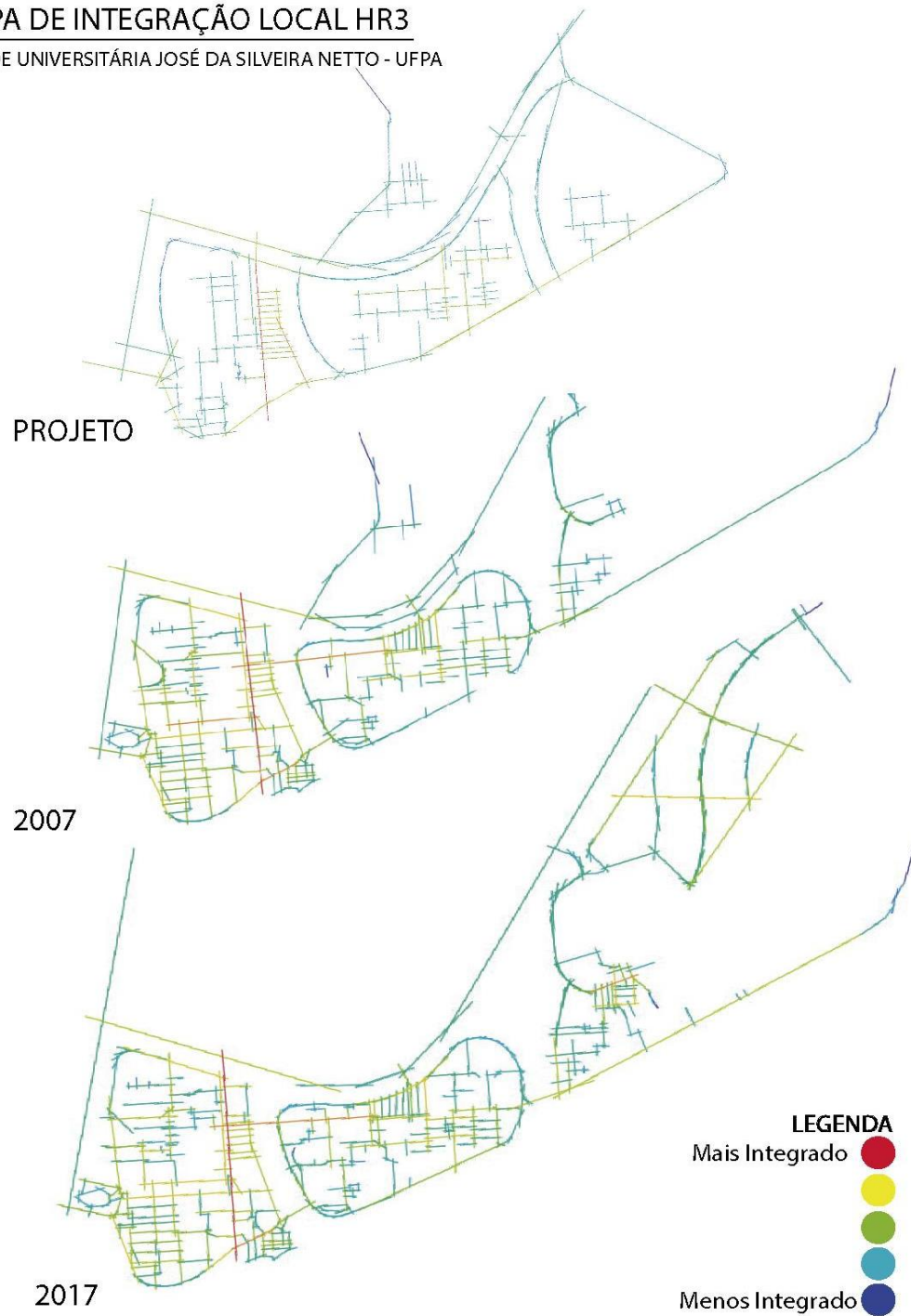


Fig. 9, 10 e 11 - Integração local (HR3) da Cidade Universitária da UFPA: projeto, 2007 e 2017, respectivamente. Elaboração própria

Após as modificações promovidas pelo REUNI, há no mapa sintático de 2017 uma consolidação (em cores mais quentes) dos principais eixos de integração, ocasionada pelo aumento de número e pelas melhorias nas passarelas e calçadas. Internamente aos setores básico e principalmente no profissional, a integração (HR3) local se desenvolve, possibilitando uma melhor conexão intrasetorial e intersetorial, se compararmos ao mapa sintático de integração local (HR3) do projeto. Na medida de integração global (HH) (Fig. 12, 13 e 14), é possível verificar que os eixos de integração se evidenciam ainda mais, favorecendo uma maior compreensibilidade para os usuários externos à Cidade Universitária. Nota-se, ainda, que nestes eixos de integração está concentrada uma maior gama de edifícios com uso institucional e de serviços que possam atender a população não acadêmica (como os Institutos, Reitoria, Biblioteca Central e agências bancárias). O entorno tende, devido ao desenho atual, a se integrar à Cidade Universitária por estes eixos, entretanto sem interferir significativamente na integração local, o que permite afirmar que os eixos de integração citados sintaticamente são espaços de confluência entre os usuários acadêmicos e não acadêmicos.

MAPA DE INTEGRAÇÃO GLOBAL HH

CIDADE UNIVERSITÁRIA JOSÉ DA SILVEIRA NETTO - UFPA

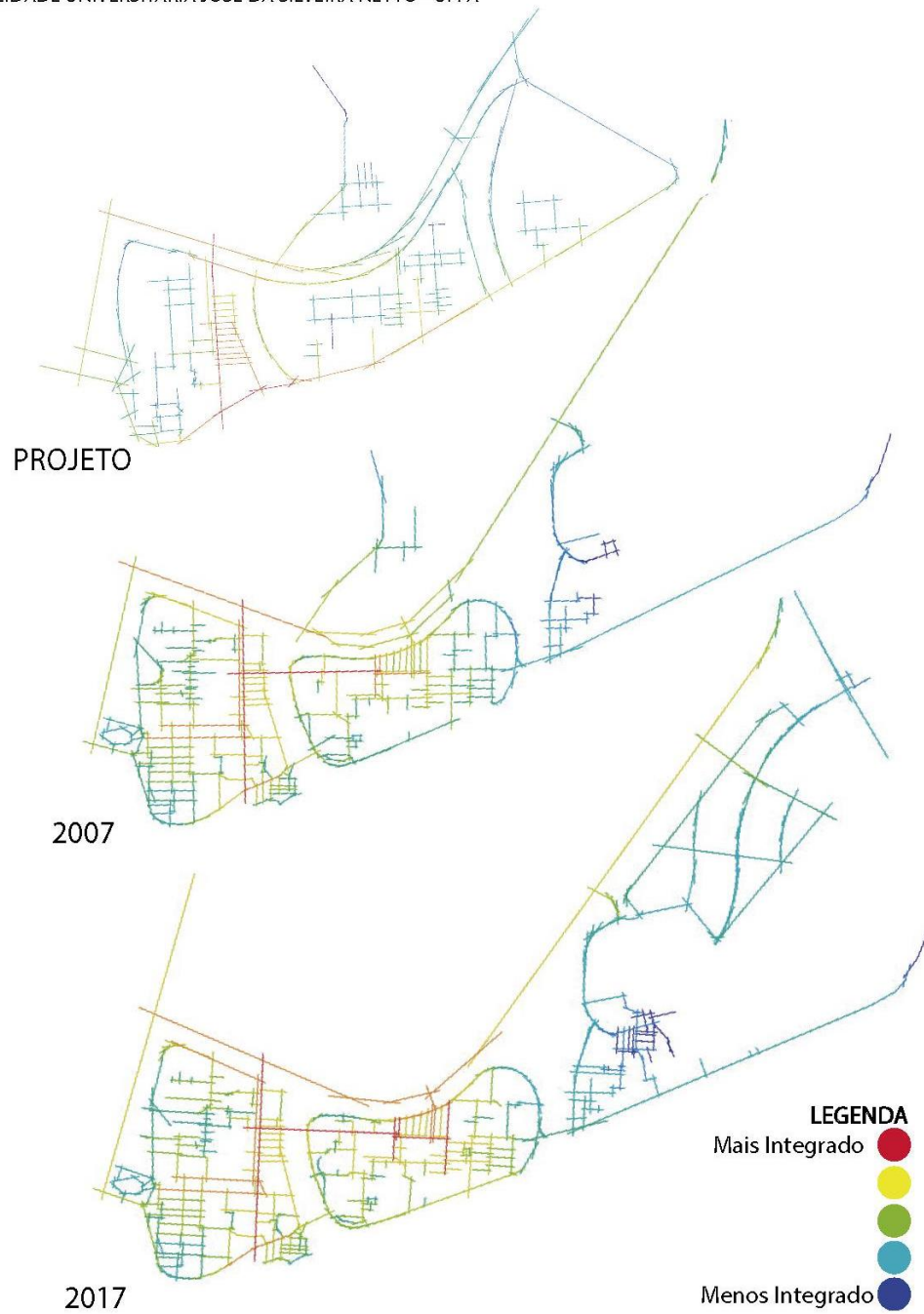


Fig. 12, 13 e 14 - Integração global (HH) da Cidade Universitária da UFPA: projeto, 2007 e 2017, respectivamente. Elaboração própria

CONCLUSÃO

O discurso inicial das diretrizes de criação da Cidade Universitária José da Silveira Netto - UFPa manifestava um ideal de Universidade democrática, aberta e autônoma. O desenho espacial não proporciona esse ideal e sim a contradição. É apresentado e guiado totalmente por um poder decisório que dirige e impede a promoção de relações, que teriam permitido uma interação e um reconhecimento dos direitos e potencialmente contribuir com o crescimento social e cultural. Os princípios formais ligados ao Movimento Moderno foram apropriados para a obtenção do controle espacial e social.

O estudo mostra que o isolamento da Cidade Universitária tinha um fundamento político técnico-disciplinar de comportamento de caráter prisional – uma espécie de detenção autorizada/escondida, um subterfúgio – onde a pena imputada era o isolamento da relação social com a cidade. As intenções de isolamento do Campus, seja na área urbana, seja fora, remetem à influência de um pensamento ideológico de manter a produção do saber científico e discussões concentrada e de acesso a poucos, exercendo uma forma de controle.

O controle do espaço é importante para a qualidade ambiental em todo o contexto social, sendo fundamental numa sociedade em mudança e pluralista, onde o poder não está igualmente distribuído. Na Cidade Universitária da UFPa, o acesso e controle são dimensões de desempenho inversamente proporcionais. A análise mostra que o controle era instituído pela estrutura política vigente à época da Reforma Universitária de 1968. Com o passar do tempo, o controle submeteu-se às novas demandas de uso dos seus usuários, possibilitando que o acesso fosse difundido, ao consolidar e criar novas entradas e passarelas, estimulando a consequente difusão de novas centralidades com novos usos. Deste modo, o controle na Cidade Universitária da UFPa passou a atuar em função dos seus usuários e não mais de uma estrutura política.

Apenas em 2007, surge a tentativa de ordenamento territorial da cidade universitária, por meio de um Plano Diretor, porém sem sucesso; o campus permanece sem um Plano Diretor ou algo que regule e estabeleça diretrizes de uso. Em meio às incertezas quanto ao futuro da universidade pública, o futuro da gestão da Cidade Universitária da UFPa é incerto, devido à ausência de planejamento integrado e diretrizes de gestão da forma urbana consolidada com os Institutos e Faculdades acerca dos usos dos espaços vazios remanescentes. Reconhece-se que a estrutura urbana da Cidade Universitária atende minimamente às carências de equipamentos urbanos e serviços dos bairros próximos, reiterando a relevância social e econômica da área de estudo para com o entorno direto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, J. E.; ROCHA, G. de M. (2015). O uso do solo na Cidade Universitária José da Silveira Netto: Contribuições para o Ordenamento de Espaços Institucionais em Belém (PA). *Revista GeoAmazônia* (Belém), 5, 174-191.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO DE BELÉM. (1998). *Evolução urbana de Belém – mosaico de ortofotos (1972, 1977, 1998)*. Belém: CODEM.
- FOUCAULT, M. (1987). *Vigiar e Punir: nascimento de uma prisão*. Petrópolis: Vozes.
- HILLIER, B., & HANSON, J. (1984). *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press.

LEI Nº 3.191. Cria a universidade do Pará e dá outras providências. Estados Unidos do Brasil (1957). Rio de Janeiro. 2 de julho de 1957.

LEI Nº 5540. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. República Federativa d Brasil. (1968). Brasília. 28 de novembro de 1968.

LYNCH, K. (1981). Good city form. Cambridge: MIT Press.

PINTO, W. Infraestrutura: A fundação do Campus Pioneiro da UFPa. (2007a). Jornal Beira do Rio (Belém), Junho/Julho, 4. — (2007b). Origem: Das faculdades isoladas à criação da UFPa. (2007b). Jornal Beira do Rio (Belém) Junho/Julho, 3.

UFPa (Prefeitura do Campus Universitário). (1979). O Espaço Acadêmico da UFPa. Belém: UFPa-PCU-ETA.

UFPa (Prefeitura do Campus Universitário). (2009). Proposta do Plano Diretor Participativo da Cidade Universitária José da Silveira Netto. Belém: Universidade Federal do Pará.

VASCONCELOS, L. (1986). Por uma alternativa urbana para a universidade. En: TURKIENICZ, B.; MALTA, M. (comps.), I Seminário sobre desenho urbano no Brasil (65-74). São Paulo: Editora Pini.

Fontes Eletrônicas

Ministério da Educação. Reuni beneficiará 19 campi da UFPa. República Federativa do Brasil (2019). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/228-noticias/1251751966/10051-sp-2128938423?Itemid=164>> Acesso em: 09/01/2019.